

Candidatos excluídos:

Alexandra Maria Gonçalves Ribeiro Sousa (a)
 Ana Catarina da Cruz Dias (c)
 Ana Catarina Simões Silva (c)
 Ana Cristina da Silva Santos Almeida Fonseca (a)
 Ana Cristina Diogo (c)
 Ana Cristina Nunes Ferreira (c)
 Ana Maria de Jesus Duarte (c)
 Ana Marisa Dias Nunes (c)
 Ana Paula Matos das Neves (c)
 Andreia Filipa Soares Pinão (c)
 Ângela Maria Costa Marques Ramalho (a)
 Carla Isabel Manaia Gaspar (a)
 Carla Odete Rodrigues Clemente (c)
 Carla Sofia Oliveira Devesa (c)
 Carla Sofia Pedrosa Fernandes (a)
 Carlos Filipe Carneirinha Veiga Pereira (b)
 Cristina Santos de Oliveira Costa Martins (c)
 Dália de Jesus Grilo da Silva (a)
 Elisabete da Conceição Santos Matias Maia (a)
 Fátima Sofia Figueira Henriques (c)
 Filipe de Jesus Leal (a)
 Gina Maria Ferreira Couceiro (c)
 Isabel Maria da Silva Simões (a)
 Isabel Maria Flório da Silva Jacob (a)
 João Daniel de Sá Guerreiro Palma (a)
 João Emanuel Pereira dos Santos Rocha (a)
 João Gonçalo Araújo de Sousa (a)
 João Paulo Gaspar Assunção (a)
 Jorge Silva Pereira (a)
 José Alves Simões Melâneo (a)
 Karina Andrea Blanche Guergous (a)
 Lenita Maria Lopes Manaia (a)
 Liliana Isabel de Sá Nuno (b)
 Liliana Pimentel Ferreira (c)
 Maria Adília Ferreira Costa (b)
 Maria Celeste da Rocha Saraiva Leite de Lourenço Dias (c)
 Maria João Lopes Félix Escudero (c)
 Maria Helena Manaia das Neves (a)
 Martine Isabel Gameiro Gonçalves (b)
 Otilia de Jesus da Silva Ferreira (b)
 Patrícia Margarida Romeiro Arzileiro (a)
 Patrícia Raquel Aniceto de Oliveira (a)
 Paula Cristina Janeiro Marcelo Cosme (a)
 Paula Cristina Sebastião Pereira Simões (a)
 Paulo Alexandre da Silva Pita (c)
 Pedro Daniel Machado Nunes (c)
 Pedro Miguel Lopes Daniel (a)
 Rita João dos Santos Ferreira (c)
 Rita Sofia Caetano Soares Gonçalves (a)
 Rui Manuel Simões Duarte (a)
 Rui Miguel Pereira Nunes Saraiva (a)
 Samuel Augusto Pinão Ferreira (a)
 Solange Mendes Fidalgo (a)
 Sylvie Jorge de Oliveira (a)
 Susana Filipa Santos Benedito (a)
 Telma Filipa Preces Bispo (a)

(a) Por ter obtido nota inferior a 9,5 valores no método de selecção eliminatório, Avaliação Curricular.

(b) Por não ter comparecido para realizar a prova de Entrevista Profissional de Selecção

(c) Por ter obtido nota inferior a 9,5 valores no método de selecção eliminatório, Entrevista Profissional de Selecção

Município de Condeixa-a-Nova, 5 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Teixeira Bento*.

303251294

MUNICÍPIO DE CORUCHE

Edital n.º 556/2010

Classificação dos Açudes da Agolada e do Monte da Barca como Área Protegida de Âmbito Local — Paisagem Protegida

Dionísio Simão Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Coruche, torna público que a Câmara Municipal, na sua reunião de 12 de Maio de

2010, deliberou, nos termos do disposto no artigo 14.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 142/2008, submeter a discussão pública a proposta de Classificação como Área Protegida de Âmbito Local — Paisagem Protegida, os Açudes do Monte da Barca e da Agolada e áreas limitrofes.

O período de discussão pública iniciar-se-á 10 dias após a publicação no *Diário da República* do presente Edital e prolongar-se-á pelo período de 20 dias.

A proposta de classificação encontra-se disponível na Secção de Licenciamento de Obras Particulares da Câmara Municipal de Coruche, sito no edifício dos Paços do Concelho — Praça da Liberdade, em Coruche.

Os interessados poderão apresentar as suas sugestões para o e-mail: “geral@cm-coruche.pt” ou por forma escrita para a morada da Câmara Municipal de Coruche — Praça da Liberdade 2100 — 121 Coruche.

Coruche, 17 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara, *Dr. Dionísio Simão Mendes*.

303268848

MUNICÍPIO DE CUBA

Aviso n.º 10828/2010

Procedimento Concursal Comum com vista ao preenchimento de um posto de Trabalho na categoria de Técnico Superior (Licenciado em economia ou gestão de empresas)

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, conjugados com os artigos n.ºs 6.º e 7.º e 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 03/02/2010 e subsequente aprovação pela Assembleia Municipal em 26/02/2010, que aprovou a alteração ao Mapa de Pessoal para 2010, encontra-se aberto pelo prazo 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, Procedimento Concursal Comum com vista ao preenchimento de um posto de Trabalho na categoria de Técnico Superior, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2010, na modalidade de contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo determinado — Termo resolutivo certo, pelo prazo de 2 anos eventualmente renovável nos termos do disposto na alínea i) do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

2 — Local de Trabalho: Câmara Municipal de Cuba e área subjacente ao concelho.

3 — Descrição de funções:

3.1 — As constantes no anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, referido no artigo 49.º, n.º 2, da mesma lei, às quais corresponde o grau 3 de complexidade funcional. O trabalhador ficará afecto ao Gabinete de Inserção Profissional, desempenhando as tarefas inerentes ao funcionamento do Gabinete, tendo por objectivos: apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, divulgar as potencialidades concelhias para a promoção/reforço da base económica; promover acções para a captação de novos investidores e apoiar a instalação de novas empresas; apoiar a colaboração com os agentes económicos na obtenção de financiamentos; disponibilizar informação sobre linhas de financiamento de programas nacionais e comunitários; assegurar a recolha e tratamento de elementos de carácter económico e social do concelho, de forma a constituir bases de dados para disponibilização de informação aos agentes económicos para modernização/reconversão/expansão de actividades já instaladas.

4 — Remuneração: Nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado será efectuado numa das posições remuneratórias da categoria, de acordo com a tabela remuneratória prevista no Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, após a negociação entre o candidato e esta entidade empregadora pública, e terá lugar após o termo do procedimento Concursal.

5 — Reserva de recrutamento: o procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os que venham a ocorrer, conforme previsto no artigo 40.º da Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal.

6 — Requisitos de admissão a concurso:

6.1 — Requisitos gerais: Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, são os seguintes:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo casos exceptuados pela constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;

- c) Não se encontrar inibido do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
 e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Nível habilitacional: O constante na al. c), do n.º 1, artigo 44.º da mesma lei, ou seja os candidatos deverão ser detentores de nível habilitacional de licenciatura em Economia ou Gestão de Empresas. Nos termos do n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, não há possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido, por formação ou experiência profissional.

6.3 — Não tendo ainda, sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta Prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6.4 — Em cumprimento do estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento iniciar-se-á de entre trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

6.5 — Conforme Despacho do Presidente da Câmara, de 26 de Abril de 2010, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal que, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do disposto no ponto anterior, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

6.6 — Não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados na carreira sejam titulares da categoria e, não se encontrado em Mobilidade ocupem postos de trabalho no Mapa de Pessoal do órgão ou serviço idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

7 — Forma e prazo de apresentação de candidatura:

7.1 — Formalização das candidaturas: Deverão ser formalizadas até ao termo do prazo fixado no ponto 1, mediante preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na Secção de Recursos Humanos e na página electrónica da Câmara Municipal — www.cm-cuba.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Cuba, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio registado com aviso de recepção, para o endereço postal da Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até à data limite fixada na publicitação;

7.2 — Documentação a apresentar: Documentação a apresentar: O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;
 Fotocópia do Bilhete de Identidade, do cartão de identificação fiscal ou do Cartão de Cidadão;
Curriculum Vitae, actualizado, datado e assinado.

Dos factos declarados no C.V. que considere relevantes para avaliação do seu mérito, deverá anexar os devidos comprovativos;

A não apresentação dos documentos acima identificados é motivo de exclusão, nos termos da alínea a) n.º 9, artigo 28.º da Portaria que regulamenta o Procedimento Concursal;

7.3 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

8 — Métodos de selecção:

8.1 — Métodos Obrigatórios:

8.1.1 — Avaliação Curricular (AC) em que serão ponderados os seguintes elementos: Habilitação Académica (HA), Formação Profissional (FP) e Experiência Profissional (EP), às quais serão atribuídas as ponderações respectivamente. A ponderação dos factores invocados, de interesse para a Avaliação Curricular, será feita com base na prova Documental que cada candidato anexar ao *Curriculum Vitae*. Este factor será valorado de 0 a 20 valores e terá uma ponderação de 30% na Avaliação Final.

8.1.2 — Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Decorre de acordo com um guião de entrevista composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência de comportamentos em análise. O resultado desta entrevista permitirá uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais vivenciadas. A Avaliação da Entrevista de Avaliação de Competências é expressa de acordo com os níveis de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem as

classificações de 20, 16, 12, 8 e 4, respectivamente e consistirá numa ponderação de 40% na Avaliação Final.

8.2 — Métodos facultativos:

8.2.1 — Entrevista Profissional de Selecção (EPS): Prova de carácter teórico de duração de 30 minutos, que visa avaliar de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal. A Avaliação da Entrevista Profissional de Selecção é expressa de acordo com os níveis de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4, respectivamente e consistirá numa ponderação de 30% na Avaliação Final.

8.2.1.1 — Matérias constantes da Entrevista Profissional de Selecção: Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual; Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro — Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas, Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as adaptações introduzidas pelo Decreto — Regulamento n.º 18/2009, de 4 de Setembro; Enquadramento Nacional do Quadro de Referência Estratégico Nacional — Dec. — Lei n.º 65/2009, de 20 de Março; Regulamento Base do Sistema de Incentivo à Inovação — Portaria 353-C/2009, de 3 de Abril; Regulamento Base do Sistema de Incentivo à Qualificação — Portaria 353-A/2009, de 3 de Abril; Regulamento Base do Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento — Portaria 353-B/2009, de 3 de Abril; Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à criação do próprio Emprego (PAECE) — Apoios do IEF para desempregados — Portaria n.º 985/2009, de 4 de Setembro; Sistema de incentivos a projectos de Modernização do Comércio (MODCOM) — Despacho n.º 27915 — B/2009; Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) — Portaria n.º 520/2009, que regulamenta o eixo 3.1 — Diversificação da Economia e Criação de emprego do PRODER; Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) — Portaria n.º 521/2009, de 14 de Maio, que regulamenta o eixo 3.2 — Melhoria da Qualidade de Vida do PRODER.

8.3 — Por questões de celeridade, que constam do Despacho do Presidente, acima identificado, caso se verifique um número de candidatos elevado, a utilização dos métodos de selecção, será faseada, nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

8.4 — Cada um dos métodos ou fases de selecção é eliminatório, pela ordem acima enunciada e é excluído do procedimento, o candidato que tenha obtido uma classificação inferior a 9.5 valores ou que não compareça a um dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguinte. Os candidatos que forem excluídos não constarão da lista de ordenação final, sendo apenas notificados da homologação desta.

8.5 — Classificação Final: A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, por aplicação da seguinte fórmula:

$CF = AC \times 30\% + EAC \times 40\% + EPS \times 30\%$, em que, CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista de Avaliação de Competência; EPS = Entrevista profissional de Selecção;

8.6 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método intercalar será efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente e afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal e disponibilizada na página electrónica.

8.7 — Forma de publicitação da lista unitária de ordenação final, após homologação será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, em local visível e público das instalações da Câmara Municipal e disponibilizada na página electrónica.

9 — As actas do Júri do Procedimento Concursal onde constam os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão disponibilizadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Constituição do júri: Ao abrigo do disposto no artigo 20.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, O júri terá a seguinte composição: Presidente, Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe de Divisão de Administração Geral; Vogais efectivos: Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, técnica superior que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria Angelina Galheto Soares, Técnica Superior; Vogal Suplente: Maria Isabel Anibal Veríssimo Semião, Técnica Superior, todos da Câmara Municipal de Cuba;

11 — Assiste ao júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efectuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o presente procedimento.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — Exclusão, admissão e notificação de candidatos:

13.1 — Os candidatos excluídos e admitidos do procedimento são, respectivamente, notificados para efeitos de realização de audiência dos interessados e convocados do dia, hora e local para a realização dos métodos ou fases de selecção, nos termos previstos do artigo 32.º da mesma portaria, de acordo com o disposto na al. a), do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, isto é por e-mail com recibo de entrega da notificação.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República, a Administração Pública enquanto entidade empregadora promove activamente uma política de igualdades de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar todo e qualquer forma de discriminação.

15 — Dar-se-á cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2001, de 3 de Fevereiro, designadamente, no presente procedimento, em que o número de lugares a preencher é de um, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre outra qualquer preferência legal, devendo declarar no requerimento de admissão sob compromisso de honra o grau de incapacidade, tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar nos processos de selecção.

16 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho; Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e demais legislação aplicável.

17 — Nos termos do artigo 19.º, n.º 1 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será ainda publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página electrónica do Município de Cuba e, em jornal de expansão nacional, por extracto.

Paços do Município de Cuba, 27 de Abril de 2010. — O Presidente da Câmara, *Francisco António Orelha*.

303296858

Aviso n.º 10829/2010

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente técnico

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, conjugados com os artigos n.ºs 6.º e 7.º e 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 03/02/2010 e subsequente aprovação pela Assembleia Municipal em 26/02/2010, que aprovou a alteração ao Mapa de Pessoal para 2010, se encontra aberto pelo prazo 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, Procedimento Concursal Comum com vista ao preenchimento de um posto de Trabalho na categoria de Assistente Técnico, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal de 2010, na modalidade de contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo determinado — Termo resolutivo certo, pelo prazo de 2 anos eventualmente renovável, nos termos do disposto na alínea h) do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

2 — Local de trabalho: Câmara Municipal de Cuba e área subjacente ao concelho.

3 — Caracterização do posto de trabalho:

3.1 — Um lugar de Assistente Técnico — o trabalhador ficará afecto Serviço Socio-cultural — Acção Social e Saúde, desenvolvendo actividades no quadro das competências atribuídas ao serviço sócio-cultural — Acção Social e Saúde e compreende um conjunto de tarefas que são definidas superiormente. De um modo geral desenvolve actividades de apoio, nomeadamente, executar as tarefas administrativas, lúdicas e de apoio social, inerentes ao serviço, de acordo com o conteúdo funcional constante no anexo da lei n.º 12-A/2008, 27 de Fevereiro.

4 — Remuneração: Nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado será efectuado numa das posições remuneratórias da categoria, de acordo com a tabela remuneratória prevista no Anexo I do Decreto-Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, após a negociação entre o candidato e esta entidade empregadora pública, e terá lugar após o termo do procedimento Concursal.

5 — Reserva de recrutamento: o procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os que venham a ocorrer, conforme previsto no artigo 40.º da Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal.

6 — Requisitos de admissão a concurso:

6.1 — Requisitos gerais: os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo casos exceptuados pela constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Não se encontrar inibido do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Nível habilitacional: O constante na al. b), do n.º 1, artigo 44.º da mesma lei, ou seja a titularidade do 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado a que corresponde o grau de complexidade funcional 2. Não sendo possível a substituição do nível habilitacional exigido, por formação ou experiência profissional.

6.3 — Não tendo ainda, sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta Prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6.4 — Em cumprimento do estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento iniciar-se-á de entre trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

6.5 — Conforme Despacho do Presidente da Câmara, de 26 de Abril de 2010, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal que, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do disposto no ponto anterior, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

6.6 — Não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados na carreira sejam titulares da categoria e, não se encontrado em Mobilidade ocupem postos de trabalho no Mapa de Pessoal do órgão ou serviço idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

7 — Forma e prazo de apresentação de candidatura:

7.1 — Formalização das candidaturas: Deverão ser formalizadas até ao termo do prazo fixado no ponto 1, mediante preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na Secção de Recursos Humanos e na página electrónica da Câmara Municipal — www.cm-cuba.pt, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Cuba, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio registado com aviso de recepção, para o endereço postal da Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até à data limite fixada na publicitação;

7.2 — Documentação a apresentar: O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade, do cartão de identificação fiscal ou do Cartão de Cidadão;
- Curriculum Vitae*, actualizado, datado e assinado.

Dos factos declarados no C.V. que considere relevantes para avaliação do seu mérito, deverá anexar os devidos comprovativos;

A não apresentação dos documentos acima identificados é motivo de exclusão, nos termos da alínea a) n.º 9, artigo 28 da Portaria que regulamenta o Procedimento Concursal;

7.3 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico;

8 — Métodos de selecção:

8.1 — Métodos Obrigatórios:

8.1.1 — Avaliação Curricular (AC) em que serão ponderados os seguintes elementos: Habilitação Académica (HA), Formação Profissional (FP) e Experiência Profissional (EP). A ponderação dos factores invocados, de interesse para a Avaliação Curricular, será feita com base na prova Documental que cada candidato anexar ao *Curriculum Vitae*. Este factor será valorado de 0 a 20 valores e terá uma ponderação de 30% na Avaliação Final.

8.1.2 — Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Decorre de acordo com um guião de entrevista composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência de comportamentos em análise. O resultado desta entrevista permitirá uma análise estruturada da experiência, qualificações e moti-